



Desenvolvimento Territorial e Participação Social em Políticas Públicas: O Caso do Conselho Territorial do Alto Acre e Capixaba – CTAC

Territorial Development and Social Participation in Public Policies: the case of the Territorial Council of Alto Acre e Capixaba – CTAC

Janio Nascimento de Aquino*
Maria Jeigiane Portela da Silva**

*Universidade de Brasília – UnB
brotheraquino@gmail.com

**Universidade Federal do Acre – UFAC
jeigiane@gmail.com

Recebido em 16.10.2015
Aceito em 13.11.2015

ARTIGO - DOSSIÊ

RESUMO

Abordaremos no presente artigo a participação da sociedade civil no processo decisório das políticas públicas na região do Alto Acre e Capixaba no período de 2008 a 2012, tendo como estudo de caso o Conselho de Desenvolvimento Territorial do Alto Acre e Capixaba (CTAC), no estado do Acre. O estudo justifica-se pela necessidade de compreensão do contexto organizacional e institucional presentes na região, com o objetivo de conhecer os padrões de aliança e disputas internas em torno da partilha de poder local, bem como qual tem

sido a participação social na formulação e deliberação de políticas públicas para o desenvolvimento territorial para além dos aspectos rurais e agrícolas. O presente estudo utilizou a análise de conteúdo, baseado em procedimentos metodológicos compostos por meio de entrevistas semiestruturadas, observação direta e pesquisa documental, em formato digital e impressos cedidos pela Secretaria-Executiva do CTAC. Em seguida, a categorização do conteúdo das entrevistas e documentos pesquisados, culminando com análise final. Concluiu-se reconhecendo a importância do processo de discussão e definição de políticas públicas no âmbito da relação entre sociedade civil e Estado, tendo como espaço de diálogo o referido Conselho.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural. Sociedade civil. Processo decisório. Controle social.

ABSTRACT

This article discusses the participation of the civil society in the decision-making process of public policies in the Upper Acre and Capixaba region of Brazil from 2008 to 2012, taking as a case study the Council of Territorial Development of the Upper Acre and Capixaba (CTAC), Acre. The study is justified by the need to understand the organizational and institutional contexts in the region, in order to understand the patterns of alliances and internal disputes over in the local government. It also seeks to evidence the level of social participation in the formulation and deliberation of public policies for territorial development across rural and agricultural issues. This study used content analysis and semi-structured interviews, direct observation and documentary research in digital and printed documents offered by the Executive Secretariat of the CTAC.

Keywords: Rural Development. Civil Society. Decision Making and Social Control.

1 INTRODUÇÃO

A abordagem territorial no contexto do desenvolvimento rural é um tema que vem se destacando no ambiente do debate sobre os novos conceitos de ruralidade, tanto no Brasil como em muitos países da América Latina, demonstrando de forma clara e objetiva, os elementos inovadores para o processo de planejamento e desenvolvimento regional e reconhecendo princípios como a democracia, a participação e o controle social.

Essa abordagem valoriza o âmbito territorial no planejamento e organização da demanda para suas políticas, permitindo uma visão mais integradora de espaços, agentes, mercados e políticas públicas. A partir dessa visão, o território

é tido como uma área que sintetiza e materializa em um determinado espaço geográfico um processo social, econômico, ecológico e cultural complexo, que está em interação com outros espaços diferenciados. Assim,

O território é o espaço da prática. [...] A territorialidade manifesta-se em todas as escalas, desde as relações pessoais e cotidianas até as complexas relações sociais. Ela se fundamenta na identidade e pode repousar na presença de um estoque cultural que resiste à reapropriação do espaço de base territorial (BECKER, 2010:17).

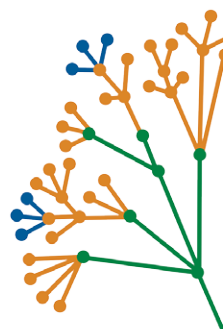
Nesse contexto, um dos pilares para construção e implementação do desenvolvimento rural por meio da abordagem territorial são os colegiados territoriais estruturados com base na participação da sociedade local. É, antes de tudo, um espaço de participação social, de representação, articulação e concertação política, onde acontece o planejamento das ações territoriais e se definem programas e projetos. Nesse sentido, o colegiado territorial possui um papel relevante para a condução e desenvolvimento da estratégia de apoio aos territórios. Deve refletir, em sua composição, a diversidade de instituições, organizações e segmentos existentes em determinada região.

Assim, este artigo discute o desenvolvimento territorial e a participação da sociedade civil no processo decisório das políticas públicas na região do Alto Acre e Capixaba, relativo ao período de 2008 a 2012, tendo como estudo de caso o Conselho de Desenvolvimento Territorial do Alto Acre e Capixaba – CTAC. O presente estudo utilizou a análise de conteúdo, por ser mais apropriada em função da possibilidade de melhor explicitação e sistematização do tema abordado.

A pesquisa, que viabilizou as análises aqui apresentadas, foi realizada no período de agosto a dezembro de 2014, utilizando metodologia qualitativa e buscando múltiplas fontes de dados e caracterizando-se como de natureza descritiva. “A descrição analítica funciona segundo procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2009: 37).

Os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa foram compostos por meio de entrevistas semiestruturadas, observação direta e pesquisa documental, em formato digital e impressos cedidos pela Secretaria-Executiva do CTAC. Em seguida, procedeu-se com a categorização do conteúdo das entrevistas e documentos pesquisados e análise final.

Como base teórica utilizou-se os conceitos de conselhos gestores de políticas públicas, política de desenvolvimento territorial, aspectos de organização social no Brasil, além da formação das organizações da sociedade civil no estado do Acre e na região do Alto Acre e Capixaba.



2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E A PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

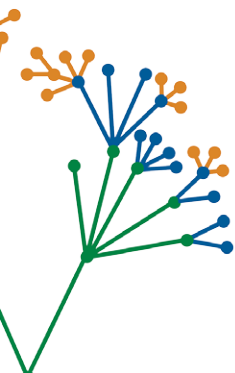
No Brasil, a incorporação da abordagem territorial como referência à formulação de políticas públicas de desenvolvimento rural é bastante recente (LEITE et al., 2011:14). Tal incorporação vem implicando uma ressignificação do papel dos espaços rurais nos processos de desenvolvimento econômico e nas possibilidades da participação da sociedade no processo de formulação e influência nos investimentos de políticas públicas contidas em diversas iniciativas.

O Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – Pronat e Programa Territórios da Cidadania – PTC surgem em um cenário em que era necessária a intensificação de políticas públicas rurais mais consistentes e de abrangência nacional, voltadas para atender às necessidades dos agricultores familiares, principalmente aqueles localizados em regiões de pobreza extrema. Para Grisa e Schneider (2014), tais programas contribuem de maneira importante para a interação entre políticas públicas e pobreza, além de beneficiar sobremaneira a categoria social. O PTC e o Pronat atuam de forma diferente em termos de objetivos e modelo de gestão. Mas ambos compartilham os mesmos recortes territoriais e parte dos dispositivos institucionais e de governança, nomeadamente os Colegiados Territoriais (LÁ NO TERRITÓRIO, 2014:49).

Nesse aspecto o Estado se compromete a organizar e fortalecer políticas que mobilizem a sociedade civil e o poder público nacional, estadual, municipal e territorial em torno de ações estruturantes que possibilite o exercício da participação social, no âmbito das políticas públicas e o fortalecimento das ações de dinamização econômica respeitando as aptidões de cada região.

Na visão de Grisa e Schneider, “Os territórios ‘despertavam’ como um espaço intermediário entre os municípios e os estados, possibilitando a participação da sociedade civil vinculada à agricultura familiar nas decisões de desenvolvimento” (GRISA; SCHNEIDER, 2014:11). Dessa forma, está previsto como princípio de funcionamento desses programas, os Conselhos Territoriais que incluem em sua composição todos os segmentos da sociedade civil e os representantes dos três níveis de governos que integram a arena participativa de discussões de políticas públicas de âmbito territorial.

Nessa perspectiva, torna-se importante evidenciar que a atuação desses conselhos pressupõe de maneira fundamental a questão da participação, e “com isso” limitações e desafios. “Os conselhos, nesse sentido, encarnam as ambiguidades, os desafios e as promessas de uma forma partilhada de construção das políticas públicas, sob a égide de uma cultura política na qual predominam referências autoritárias” (TATAGIBA, 2002:90).



Para Dagnino (2002), apesar de avanços na trajetória dos conselhos, se faz necessário considerar que esses espaços não funcionam de forma linear e uniforme, tão pouco deixa de apresentar em sua composição e atuação manifestações contraditórias e, por vezes, desafiadoras em relação a todos os princípios democráticos que lhe deram origem. Esse ponto merece destaque por considerarmos não apenas uma análise do ponto de vista dos aspectos democráticos e participativos, mas também outros elementos ligados principalmente aos resultados que se espera de todo esse processo.

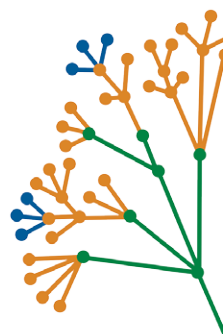
Dias e Medeiros (2011) assinalam que o debate sobre agricultura familiar a partir da perspectiva ou enfoque territorial é relativamente recente no debate acadêmico e aparece tendo como fundamento teórico a noção de territorialização do desenvolvimento. Uma expressão que se dirige no sentido de compreender o papel das especificidades locais ante as estratégias de globalização econômica⁴².

Para Filho e Abramovay (2003), as experiências europeias deflagradas a partir dos anos 1990 significou um marco político-institucional sobre o planejamento para o desenvolvimento dos territórios. Uma dessas experiências foi o Programa Ligações Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural (Leader), que trouxe à tona a necessidade de se utilizar uma abordagem territorial em face das crises experimentadas por inúmeras áreas rurais europeias. A abordagem dessa iniciativa, que privilegia o enfoque no planejamento com base na competitividade dos territórios, incorpora de forma inovadora os aspectos econômicos, ambientais, sociais e culturais nas suas ações, assim como a valorização da participação da sociedade civil na administração pública.

Para a América Latina, Perico e Maria (2005) recorrem ao tema da ruralidade pensada a partir de preocupações e da necessidade de mudanças, considerando todo o contexto político-social e de desigualdade existentes na região em torno do rural. Para isso aponta as bases de uma nova ruralidade estabelecida em três pilares principais, nos quais se destacam: a redefinição do âmbito de ação da política rural, a urgência em revisar a fundo a economia rural e a necessidade de propor novas institucionalidades rurais.

Essa redefinição de ruralidade implica em profundas revisões nas políticas oficiais dominantes, implica em novo conceito de planejamento. Como atualmente predomina o planejamento setorial e centralizado, propõe-se que ele seja territorial e descentralizado. Isso é pouco inovador em termos conceituais, mas revolucionário em termos políticos, o que implica revisão complexa dos esquemas predominantes (PERICO; MARIA, 2005:19).

⁴² Os autores ainda contribuem se referindo ao fato de que nos anos 1970, na Europa, o enfoque territorial como abordagem para análise de políticas públicas ganhou força ao longo de sucessivas reformulações da Política Agrícola Comum (PAC), isso em função desse processo ter influenciado na proposta de modificar a agenda política do desenvolvimento rural, introduzindo a necessidade de superar o enfoque setorial até então predominante. Com todo o apelo ambiental que por si só mobiliza toda a comunidade mundial por todos os impactos já vivenciados, as políticas públicas acompanharam de certa forma a tendência a integrar-se e a incluir de forma mais destacada a dimensão ambiental.



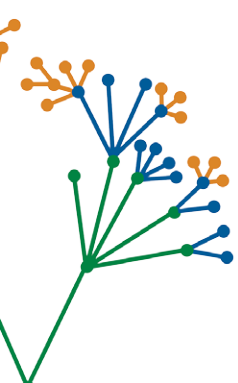
No Brasil, destaca-se a luta histórica de diversos segmentos da sociedade brasileira baseados em iniciativas populares em torno da reforma do Estado. Para muitos desses segmentos, não se tratava apenas de uma questão administrativa e gerencial, mas principalmente de um projeto político. A partir dos anos de 1980, com a retomada das mobilizações da sociedade civil, distintos segmentos, que compõem o rural brasileiro, passaram a se organizar de forma mais intensa, reivindicando o reconhecimento da diversidade que se apresentava no campo e demandando a chegada de políticas mais coerentes com a importância do rural.

Como evidenciado por Dagnino (2002), esse processo ocorreu diante de um intenso debate sobre a natureza da democratização de um lado e de outro pela democratização do Estado. Para a autora, a partir desse momento, à luz da Constituição de 1988, como marco formal desse processo, surgem diversos espaços de participação social, tais como os conselhos de políticas públicas, mesas de concertação, orçamentos participativos, mecanismo de monitoramento, prestações de contas, etc.

Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, na concepção de Andrade (2004), assim como os conselhos gestores na área de saúde, são um exemplo de instâncias criadas na medida da descentralização das ações governamentais. Para Dutra (2013), os conselhos de educação possuem a relevância na garantia da gestão democrática na área da educação. Tais conselhos contemplam em sua composição entes governamentais e organizações da sociedade civil, o que estimula a convivência entre atores sociais e administração pública. Isso contribui para um ambiente de manifestações de conflitos, contradições, disputas internas e influências externas, resultando em desafios para a participação.

Considerando as dinâmicas locais, Aquino (2015) estuda o desempenho dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS no estado do Acre e verifica que eles são parceiros no processo de sensibilização e mobilização dos atores sociais nos municípios. Esses Conselhos seguem, no processo de sua formação, o mesmo padrão nacional e regional, ou seja, vinculados às prefeituras e em certa medida, submetidos às instabilidades decisórias delas. Por isso, carecem de melhor atuação e maior credibilidade para intervirem qualitativamente na definição das prioridades das ações de impacto localizado.

Como pontuado por Schneider (2004), a emergência da abordagem territorial pode ser didaticamente resumida em dois fatores principais. A começar pelo esgotamento teórico e prático da abordagem regional que evidencia os limites da noção de região como unidade de referência para se pensar as ações e políticas públicas destinadas à promoção do desenvolvimento rural. O segundo fator refere-se ao questionamento crescente da dinâmica setorial de ramos da atividade econômica, que passaram a se desenvolver muito mais a partir de



uma lógica de escopo do que de escala. Vinculado a isso, devemos considerar a importância das transformações econômicas e o aparecimento de perspectivas de análise desses processos relacionados ao enfoque do desenvolvimento endógeno ou territorial.

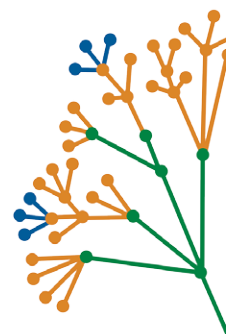
A política de desenvolvimento territorial com abordagem voltada para o setor rural se encaixa nessas perspectivas de manifestações rurais com forte apelo às estratégias de mobilização e articulação de diversos setores da agricultura familiar no Brasil, com destaque para a participação das organizações da sociedade civil. “A definição de uma política específica que tem como objeto de intervenção a concepção de território rural inicia-se em 2003 com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário” (GERALDI, 2012:167). A partir de então, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) coordena o Programa de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária – Pronat, que teve o início de sua execução no ano de 2003.

Para a SDT o território é definido como

[...] um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam uma identidade e coesão social, cultural e territorial (BRASIL, 2005c: 28).

Nos territórios rurais apoiados pela SDT/MDA, um dos principais pilares do processo de materialização do Pronat são os Conselhos Territoriais, órgãos colegiados formados por representantes de organizações da sociedade civil presentes no território, representantes de interesses dos agricultores familiares e por representações do poder público, em suas distintas esferas. O Conselho Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Alto Acre e Capixaba, objeto deste artigo, é uma dessas instâncias de participação constituída a partir dessa política.

Favareto (2010) explicita que a importância dessa experiência está na sua conversão em mecanismo institucional para proporcionar abrigo ao processo de participação real. Por esse mecanismo, é possível ascender a espaços de representação, o que significa institucionalidade da participação e a criação de mecanismos de viabilização das aspirações e reivindicação social. Ainda sob a concepção do autor, os Conselhos Territoriais se configuram como eixo central de todo o processo, já que incorporam a participação dos atores sociais locais e comprometem-se em constituir-se em núcleo central dos processos de planejamento, instância de controle social e o suporte político para a sustentabilidade de longo prazo da política territorial.



Nessa perspectiva, Brasil (2005b), considera que a abordagem territorial se justifica por vários aspectos, entre os quais:

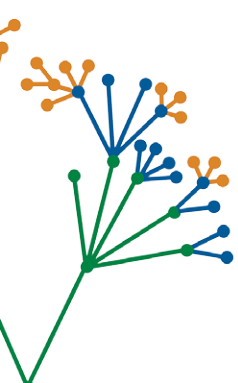
[...] o rural não se resume ao agrícola. [...] a escala municipal é muito restrita para o planejamento e organização de esforços visando à promoção do desenvolvimento e a escala estadual é excessivamente ampla. [...] a necessidade de descentralização das políticas públicas; [...] o território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições, estabelecendo iniciativas voltadas para o desenvolvimento (BRASIL, 2005d:8).

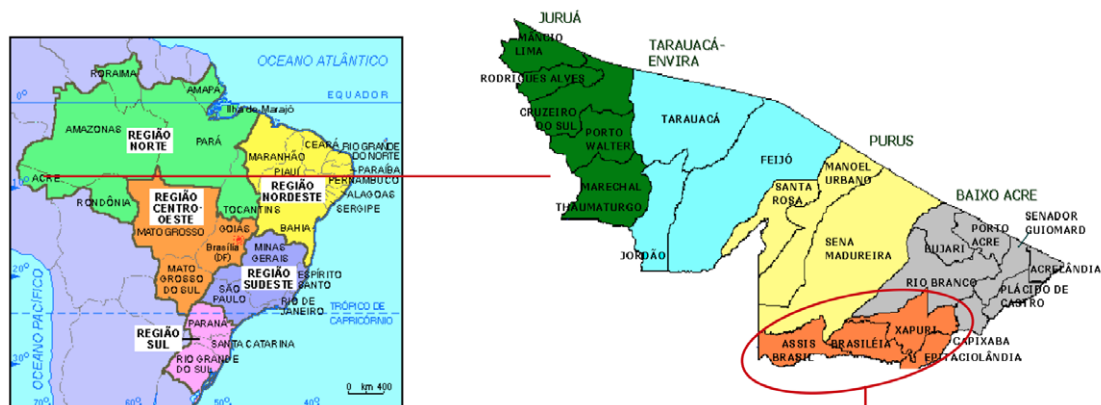
A referida abordagem vem sendo operacionalizada através do PPA 2012-2015 e a partir de 2008, também pelo Programa Territórios da Cidadania – PTC, que segue articulando ações interministeriais e órgãos do governo federal. Atualmente são 239 Territórios Rurais em todo o Brasil, dos quais 120 territórios fazem parte do Programa Territórios da Cidadania (PORTAL TERRITÓRIOS DA CIDADANIA, 2015).

3 O CTAC E A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO PROCESSO DECISÓRIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA REGIÃO DO ALTO ACRE E CAPIXABA

3.1 ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO E AS DINÂMICAS PARTICIPATIVAS NO CTAC

O Conselho do Alto Acre e Capixaba – CTAC é um órgão colegiado, de proposição e tomada de decisão no âmbito regional. “É de caráter autônomo e permanente e criado no dia 14 de julho de 2005, na cidade de Xapuri, Acre” (CTAC, 2008:3). Surge no âmbito da política de desenvolvimento territorial coordenada pelo governo federal. Possui como objetivo: acompanhar da execução dos programas e projetos; estabelecer e fiscalizar o cumprimento das diretrizes políticas e operacionais; coordenar a implementação do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável existente; fiscalizar as prestações de contas e as ações executadas dos programas e projetos do território. Sua área de abrangência envolve toda a região do Alto Acre e Capixaba composta pelos municípios de Epitaciolândia, Brasileia, Capixaba, Xapuri e Assis Brasil.





Região do Alto Acre e Capixaba

Figura 1 – Mapa de localização da Região do Alto Acre e Capixaba/AC

Fonte: CONDIAC

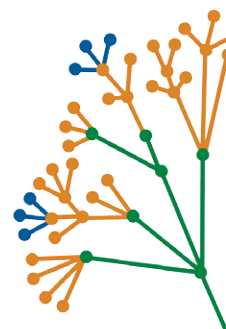
O CTAC segue as orientações normativas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – Condrarf, órgão nacional que determina normas e procedimentos vinculados à organização de espaços de participação em políticas públicas voltadas para a agricultura familiar no Brasil. Possui regimento interno elaborado por uma câmara técnica e aprovado em plenário.

Constitui-se, conceitualmente, em um dos pilares importantes da política territorial iniciada em 2003. “A política possui como objetivo avançar no processo de articulação e integração das políticas públicas para o meio rural (Crédito, Assistência Técnica, Capacitação, Infraestrutura e Serviços, Reordenamento Agrário e Reforma Agrária)” (BRASIL, 2010b:12).

O CTAC não aborda apenas um programa, tema ou público específico, apesar de ter sido concebido no âmbito da política de desenvolvimento territorial, que *a priori* atuaria voltado para as questões rurais. Com a implantação do Programa Território da Cidadania, um leque maior de programas, temáticas, projetos e beneficiários diversificados entraram na agenda do CTAC para análises de ordem consultiva ou deliberativa. Dessa forma, fala-se de um conselho de políticas públicas com formato híbrido, como destacado por Avritzer (2002), mas, também, trata-se de um conselho que aborda múltiplas políticas e temáticas destinadas tanto ao rural quanto ao urbano, transitando pelas classificações de conselhos gestores sugeridas por Tatagiba (2002).

3.1.1 Aspectos ligados à formação e funcionamento do CTAC

O processo metodológico que deu origem ao CTAC contou com atividades de sensibilização, mobilização e planejamento, que foram realizadas com destaque



para a presença de instituições com histórico de participação já consolidadas no território. Em seguida, iniciaram-se as discussões para que se formasse de fato um colegiado definitivo, que envolvesse um maior número de instituições de apoio à produção familiar local, e que junto também viessem às ações públicas para esse espaço de discussões.

Um aspecto importante refere-se às orientações e procedimentos sobre a composição do CTAC que são baseados nas Resoluções do Condrat – nº 48 e nº 52 (BRASIL, 2010a: 17), complementadas por outras orientações institucionais da SDT/MDA. Referem-se à observância da representatividade, pluralidade e diversidade na constituição do plenário, sendo composto por organizações do poder público local e segmentos da sociedade civil, não devendo se limitar a representações da agricultura familiar e do meio rural, mas incluir representações de atividades agrícolas e não agrícolas, de empreendimentos da economia solidária, de atividades diversas de âmbito social, ambiental e econômico.

Na análise da composição do CTAC (Quadro 1), percebe-se claramente a presença das organizações de representação da agricultura familiar, pela presença de todos os sindicatos dos cinco municípios da região, cooperativas de trabalhadores, agroextrativistas, centrais sindicais, associações da Resex Chico Mendes. Instituições de assessoria como ONGs, grupos de mulheres por meio da Rede Acreana de Mulheres e Homens e Fórum de Mulheres do Alto Acre. Do lado governamental, estão as representações de todas as prefeituras, câmaras de vereadores, órgãos do governo do estado, do governo federal e o Consórcio de Prefeituras da região. Representantes de jovens e dos segmentos dos setores empresariais são ausências importantes se pensarmos no avanço das possibilidades de desenvolvimento futuro e consolidação do conselho como referência de maior abrangência na região.

Quadro 1 – Composição institucional do CTAC

Organizações da Sociedade Civil	Instituições de Governo
1. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Eitaciolândia	1. Prefeitura Municipal de Eitaciolândia
2. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri	2. Prefeitura Municipal de Brasiléia
3. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia	3. Prefeitura Municipal Xapuri
4. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Assis Brasil	4. Prefeitura Municipal Assis Brasil
5. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capixaba	5. Prefeitura Municipal Capixaba
6. Associação dos moradores e produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes – Xapuri – AMOPREX	6. Câmara Municipal de Eitaciolândia

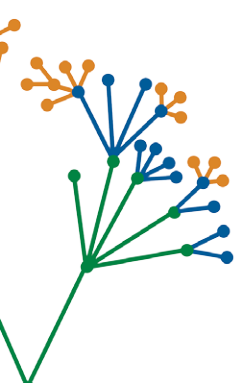
7. Associação dos moradores e produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes – Brasília – AMOPREB	7. Câmara Municipal de Brasília
8. Associação dos moradores e produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes – Xapuri – AMOPREAB	8. Câmara Municipal de Xapuri
9. Grupo de Trabalho Amazônico – GTA;	9. Câmara Municipal Assis Brasil
10. Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre- PESACRE;	10. Câmara Municipal Capixaba
10. Rede Acreana de Mulheres e Homens – RAMH	11. Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Alto Acre e Capixaba
11. Conselho Nacional das Populações Extrativistas-CNS	12. Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária
12. Fórum de Mulheres do Alto Acre e Capixaba	13. Instituto Brasileiro de meio ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA/AC
13. Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre – COOPERACRE	14. Secretaria Estadual de Articulação Institucional- SAI
14. Central Única dos Trabalhadores- CUT/AC	15. Secretaria de Estado de Educação – SEE
15. Colônia de Pescadores	16. Secretaria de Estado de Extensão e Produção Familiar – SEAPROF
17. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre – FETACRE	17. Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB



Organizações da Sociedade Civil	Instituições de Governo
18. Cooperativa Agroextrativista de Xapuri – CAEX	18. Secretaria Federal de Agricultura/Acre – MAPA
19. Centro de Trabalhadores da Amazônia – CTA	19. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP/AC
20. Associação dos Produtores e Moradores Agroextrativistas do Santa Quitéria – AMPAESQ	20. Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário – DFDA/AC
21. Instituto de Pesquisa da Amazônia – IPAM	21. Secretaria de Estado de Política para as Mulheres – SEPMULHERES
22. Cooperativa de Produtores de Grãos- COOPGRÃOS	22. Caixa Econômica Federal – CEF
23. União das Associações de Moradores de Epitaciolândia – UAME	23. Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA
	24. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO
	25. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA
	26. Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas – SEBRAE/AC
	27. Secretaria de Estado de Agropecuária – SEAP
	28. Secretaria de Estado de Desenvolvimento para Segurança Social – SEDSS

Fonte: Secretaria-Executiva do CTAC, 2014.

Uma das principais preocupações em sua composição sempre foi garantir o equilíbrio nas decisões em relação ao Estado que, por vezes, demonstra interesses e valores distintos e antagônicos em relação ao conjunto ampliado da sociedade. Nesse caso, “A paridade é considerada condição preliminar para uma real disputa entre posições e interesses divergentes no interior dos conselhos, garantindo dessa forma a legitimidade e o equilíbrio do processo decisório” (DAGNINO, 2002:57). Para esse autor, um conselho que resista às influências formais e que se contraponha também ao direcionamento dos governantes parece crucial para sua autonomia. Além disso, outro ponto a ser considerado diz



respeito à relevância não apenas da paridade numérica, mas, sobretudo, da qualidade da participação em torno da defesa dos interesses coletivos.

Ao analisar os limites da participação no processo de negociação das políticas públicas territoriais, Sabourin (2012) destaca que o sucesso da abordagem territorial depende da capacidade dos agricultores em consolidar o poder de decisão no âmbito dos colegiados. E, por sua vez, a capacidade desses colegiados articularem-se com setores públicos e privados em torno de propósitos comuns torna-se, igualmente, de fundamental importância.

O CTAC é composto por representantes de órgãos governamentais, instituições da sociedade civil e organizações não governamentais. Portanto, é caracterizado com o que Avritzer (2002) classifica como instituições híbridas, na medida em que propõe a constituição de espaços de deliberação entre representações estatais e as entidades da sociedade civil.

O conselho foi criado sob os princípios que leva em consideração a pluralidade de concepções e representação de interesses coletivos. “Tal concepção deve fortalecer os mecanismos de gestão social trazendo aos colegiados concepções ou visões distintas (complementares ou divergentes) para que se negociem entendimentos e acordos sobre os rumos do desenvolvimento do território” (BRASIL, 2010a:16).

3.2 A VISÃO DOS CONSELHEIROS SOBRE A DINÂMICA PARTICIPATIVA E DELIBERATIVA NO ÂMBITO DO CTAC

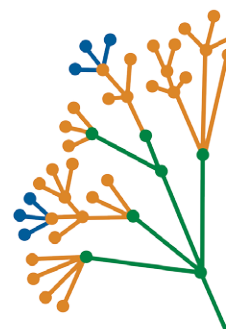
Entre os anos 2008 e 2012, período de análise desta pesquisa, houve oscilação na efetividade em relação à presença dos conselheiros em plenárias realizadas. Os recursos financeiros e humanos que viabilizaram as ações iniciais do CTAC foram oriundos da celebração de convênios com instituições da sociedade civil⁴³ (STTR de Brasileia, por meio de dois convênios), na modalidade de custeio, em que estas se disponibilizavam em contribuir para realização de todas as fases de implantação e funcionamento do conselho.

Nessa perspectiva, houve um grande processo de mobilização em toda a região do Alto Acre e Capixaba, que chegou a irradiar-se para outras regiões do estado do Acre, pelo fato do dinamismo atribuído ao conselho em termos de capacidade de influenciar o planejamento regional, assim como a alocação de recursos de investimentos.

A participação dos encontros ocorreu por meio de convocação nominal atendendo a convites formais e enviados a todas as organizações com representação no conselho.

A grande expectativa do governo federal sempre foi proporcionar um espaço

43 Foram celebrados dois convênios com o STTR de Brasileia com o objetivo de contribuir no processo de mobilização e custos de participação dos representantes das organizações da sociedade durante os dias de encontros do CTAC.

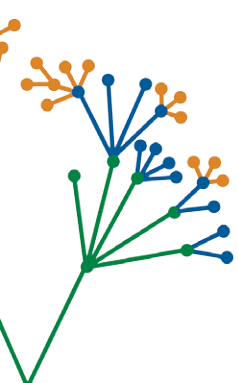


de participação social em que os instrumentos iniciais de organização e conceitualização metodológica direcionem-se a uma ambiência favorável ao dinamismo social com participação dos governos locais e outras organizações, que resulte no fortalecimento dos propósitos associativos da região (cooperação local, arranjos institucionais constituídos, correta aplicação dos investimentos, definição das políticas públicas com a participação de todos os envolvidos, monitoramento das ações deliberadas, etc). No entanto, a esperada parceria, ou reconhecimento do Executivo local desse espaço como um importante canal de diálogo para a efetiva participação social, institucionalizada e capaz de construir um cenário mais equilibrado no processo de planejamento e execução de políticas, ainda se mostra um desafio.

Nesse período, o CTAC alcançou avanços significativos na avaliação dos entrevistados, tais como: a) A discussão e definição de investimentos de abrangência regional rompendo com a implantação de projetos apenas agrícolas propostos pelas prefeituras municipais; b) Intensificação do processo de mobilização dos diversos segmentos da sociedade civil do Alto Acre, dentre estes: representantes dos cinco Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos municípios, cooperativa de agricultores familiares, representantes de associações da Reserva Extrativista Chico Mendes e ONGs; c) Criação do Fórum de Mulheres, que teve sua origem em debates internos em plenárias do CTAC; d) Articulação com a Iniciativa MAP (articulação de entidades da sociedade civil que discute a temática socioambiental na Bolívia, Peru e Brasil); e) Constituiu-se no principal espaço de construção de propostas de políticas públicas voltadas para o meio rural e urbano do território; f) Reconhecimento do colegiado territorial como importante arena de discussões de temáticas que envolvem o desenvolvimento local.

Tais avanços foram atingidos a partir das disputas internas constantes, no qual cada segmento possui estratégia de acordo com seus interesses. “Quando possível se fazia acordos, quando não era possível, se partia para as definições por meio do voto ou pelo cansaço das partes em meio a acirradas discussões, nem sempre concluídas em função dos interesses diversos disputados entre governo e sociedade” (representante do Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Alto Acre - Condiac); “A sociedade civil não tinha acesso sobre a aplicação dos recursos da forma como foi destinada nas plenárias. Esses fatos geravam sempre muita discussão e acirramento de disputas” (representante do CNS).

Para tais reações Dagnino (2002) esclarece que a partilha de poder e as complexas relações que a envolve, impõem um caráter limitado e restrito, mesmo considerando espaços que contam com a participação da sociedade civil. Sabourin (2012) evidencia que a experiência demonstra que embora a sociedade civil e o setor privado possuam mais afinidades com as relações horizontais de poder, o Estado ainda se ressentido de abertura para mudanças em relação às tradicionais formas verticais de tomada de decisões.



De acordo com os conselheiros, a tendência indicada pela autora tendia a se efetivar, não fosse a intervenção dos setores da sociedade civil em procurar dissipar essa tendência por força dos argumentos, articulações internas e da negociação.

Gohn (2003) enfatiza que a falta de arcabouço jurídico que possibilite o cumprimento das decisões dos conselhos pelo Executivo tem consequências importantes e impacto negativo no caráter deliberativo dos referidos conselhos. A opinião dos entrevistados ilustra essas circunstâncias.

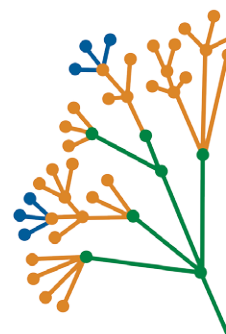
Houve o desgaste em função das prioridades definidas pelo CTAC não serem ouvidas pelos governos e prefeituras, aliadas à lentidão na implementação das políticas públicas deliberadas. Esses fatores contribuíram para enfraquecimento do conselho. Por outro lado, havia a dedicação e empenho da sociedade civil em contraposição aos representantes dos governos que iam participar dos encontros, de certa forma, obrigados por seus superiores e não davam muita importância às discussões, ao mesmo tempo em que nem todas as ações de políticas públicas implantadas no Alto Acre passaram pelo CTAC (representante do STTR de Brasileira).

O conselho demonstrou ser uma boa possibilidade de participação e de debates em torno de causas coletivas. No entanto, muitas decisões tomadas em plenário não foram acatadas pelos governos, mesmo estes sabendo da existência, do comprometimento e da possibilidade real do favorecimento coletivo para as comunidades locais (representante da CUT/AC).

A intensificação do processo de mobilização dos diversos segmentos da sociedade e as articulações internas asseguraram que as discussões fossem mantidas e que as deliberações em torno das ações estratégicas de abrangência regional se fortalecessem, mesmo com a resistência do Executivo local e estadual. Uma dessas articulações realizadas resultou na criação da Câmara Técnica de Articulação e Integração de Políticas entre o CTAC e o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Florestal Sustentável. Essa foi uma tentativa de aproximação com outras organizações estaduais com vistas à adesão e apoio às iniciativas do CTAC.

Com o lançamento do Programa Territórios da Cidadania – PTC, no ano de 2008, pelo governo federal, outra fase teve início, por meio de uma proposta de atuação integrada de ministérios e outros órgãos federais alinhados a estados, municípios e sociedade civil. O PTC trouxe como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania mediante uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são princípios fundamentais para a construção dessa estratégia⁴⁴.

44 Para maiores informações ver em: www.territoriosdacidadania.gov.br



Assim, “o programa foi apresentado como uma tentativa de integrar e dar coesão a um conjunto de ações, antes dispersas em diversas estruturas do Poder Executivo” (FAVARETO, 2010:35). O Território do Alto Acre e Capixaba é um dos 120 selecionados no Brasil para integrar o PTC, onde a oferta de ações e investimentos origina-se das instâncias federais (ministérios e secretarias), as quais estruturam suas ações para esses territórios selecionados. O PTC apresentava uma matriz de ações baseada em cinco eixos: i) ações fundiárias; ii) apoio à gestão territorial; iii) direitos e desenvolvimento social, educação e cultura; iv) organização sustentável da produção e infraestrutura; v) saúde, saneamento e acesso à água. Uma matriz de ações diversificada e basicamente composta por programas universalizados, que em sua maioria, já está em franca operacionalização e com dinâmicas de implementação igualmente estabelecidas. É o caso das ações do Programa Luz para Todos, Bolsa Família, Farmácias Populares, Centros de Referência Especializados de Assistência Social – Creas, dentre outros. “O PTC vinculado aos debates realizados no CTAC era uma oportunidade ainda não existente “na região” de diálogos com os governos estadual, municipal e federal” (representante da RAMH).

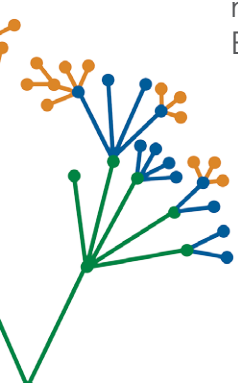
Com a implantação do Programa Territórios da Cidadania, houve a necessidade de socialização e ampliação de discussões de abrangência regional e estadual importantes, antes feitas apenas de forma setorializada, como no caso das ações na área de saúde. Projetos como ampliação da cobertura vacinal para a população, discussão sobre saúde bucal e o tratamento de dependentes químicos foram ações discutidas no âmbito do CTAC de forma consultiva. No campo das ações de cultura, houve a deliberação sobre a realização de um estudo das principais manifestações culturais existentes na região. Os recursos foram de origem do MDA e executados em parceria com a Fundação de Cultura do Acre.

Os entrevistados assim refletem nesse assunto: “A dinâmica vivenciada possibilitou a rica troca de experiências entre os diversos setores envolvidos no desenvolvimento da região, mas também o conhecimento a respeito de outras ações de políticas públicas de forma detalhada” (representante do PESACRE).

Para outros conselheiros,

O processo de mobilização foi intensificado de maneira significativa e proporcionou momentos importantes de aprendizado, considerando a interação entre sociedade civil e poder público no mesmo espaço (representante da CUT/AC e do Fórum de Mulheres).

A necessidade de uma estratégia de capacitação para os conselheiros e parceiros de forma sistemática, em muito teria contribuído para qualificação da participação, como também para gestão dos projetos deliberados pelo CTAC e executados em grande parte pelas prefeituras. “A agenda planejada contribuía de maneira positiva para dar fluidez às pesadas e desafiantes tarefas de mobilização, organização e logística para que todo o processo seguisse o fluxo necessário para conclusão das análises” (representantes do PESACRE/STR DE BRASILEIA).



3.3 O CTAC: SIGNIFICADO, CONQUISTAS, LIMITES E DESAFIOS

3.3.1 Significados e conquistas

Em grande medida, o propósito dos Conselhos Territoriais é de vislumbrar um olhar mais abrangente e estratégico em relação à pauta da agricultura familiar no Brasil.

Para os conselheiros, a criação do CTAC, de certa forma, preencheu uma lacuna no sentido da participação social de forma mais ampla na região. De fato, houve uma coincidência de interesses pela criação de um espaço que não tratasse apenas de assuntos agrícolas ou recortes temáticos específicos e municipais, mas que aglutinasse de forma mais democrática todos os entes públicos que deliberam sobre políticas públicas para produção familiar na visão de muitos conselheiros. Essa foi uma manifestação bastante particular na região do Alto Acre e, sem dúvida, tributária do longo processo de mobilizações sociais anteriores, cuja face mais evidente foi o movimento seringueiro.

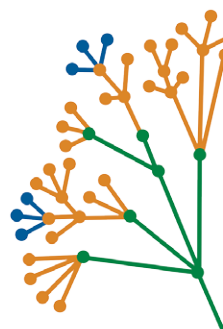
O Conselho é o espaço, hoje, onde foi possível a oportunidade, antes inexistente, de diálogo entre governo e sociedade pela discussão em torno de políticas públicas mais amplas em apoio aos agricultores familiares nas áreas de produção agrícola e extrativista, organização social, meio ambiente, saúde, educação e gestão social do desenvolvimento na região (representantes da RAMH e PESACRE).

Embora com uma longa caminhada ainda por traçar, o CTAC incorporou a participação da sociedade civil de forma bastante representativa, considerando os atores sociais presentes, mas, sobretudo, a representação das emblemáticas organizações nele representadas.

Outro destaque foi o processo de mobilização da região proporcionado pelas ações do conselho.

O fortalecimento do processo de mobilização da região se deu por meio de vários instrumentos atrativos e motivadores da participação (assembleias, reuniões preparatórias, câmaras técnicas, encontros entre governo e sociedade, oficinas de capacitação), além da existência do próprio CTAC, a intensidade e clareza das discussões realizadas e das propostas sugeridas foram de grande importância (representante da CUT/AC).

A efetivação de ações deliberadas, ainda que em menor número, foram constadas em diversas localidades da região como a instalação de feiras livres, silos com secadores de grãos e práticas agrícolas com uso de mecanização agrícola se reverteram no aumento da quantidade e da qualidade dos produtos da agricultura familiar (representante do CONDIAC).



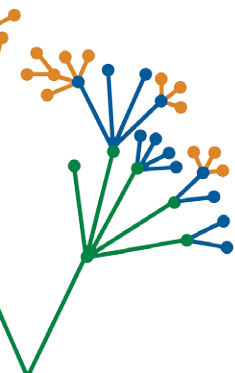
De forma geral, todos concordam com a importância e o amadurecimento desse espaço e da própria sociedade civil na participação em torno das políticas públicas. Muitos dos destaques aqui elencados contribuíram bastante para motivação à participação. Esse processo, embora ainda se ressinta de muitos ajustes, prospera como um dos principais avanços em toda a região.

3.3.2 Limites e Desafios

Avaliar os limites e desafios implica em expor as contradições a que estão submetidas as instâncias participativas, como o CTAC. Compreendem desde os problemas e dificuldades operacionais, como também políticos, de representação e de consolidação. A relação com o governo estadual é outro componente da complexa tentativa de entendimento das relações que sinaliza os limites e desafios do CTAC. As instituições da sociedade civil que o compõem tiveram suas origens, em sua maioria, como resultado das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras para permanecerem na região, pelo direito de uso da terra, da floresta e dos recursos nela existentes, pela manutenção da cultura local política e fortalecimento das organizações sociais.

Era de se esperar que houvesse sintonia entre um governo estadual e o CTAC, em função das relações políticas históricas com os movimentos sociais que o compõem. O que se configura de fato é a presença do Estado atuando no limite da formalidade e sem muito compromisso em afirmar uma posição somatória por parte do governo nas discussões territoriais. Dagnino (2002) contribui nessa análise explicitando a importância da coincidência de propósitos entre Estado e sociedade civil, para que tal coincidência possa gerar de maneira positiva a efetivação de diversas experiências. Ainda de acordo com a autora, o compartilhamento de um projeto político participativo e democratizante pode estar nas mãos de indivíduos em posições de tomada de decisão no interior do aparato estatal e que podem se comprometer ou não individualmente com os projetos participatórios. Desse fato deriva a possibilidade de funcionamento ou inviabilização dos espaços públicos de participação.

Por outro lado, o que está posto à prova é a capacidade de organização e preparação das organizações no diálogo com os três níveis de governo. Há poucas décadas, a região do Alto Acre e Capixaba e seus movimentos atuantes no cenário político se manifestavam de forma reivindicativa em um ambiente pouco favorável e recheado de dinâmicas impeditivas à participação. Com os novos instrumentos institucionalizados, a forma de atuação deveria ocorrer no âmbito das arenas participativas. De que forma, como, com que intensidade e lançando mão de que mecanismos são os desafios contemporâneos postos para a sociedade local.



Torna-se importante evidenciar que o desafio vigoroso desses espaços, para que se convertam em resultados capazes de sustentar discussões públicas dialogadas e pactuadas com intervenções decisivas nas políticas públicas, nos parece na ordem do dia. Para tanto, entendemos ser de fundamental importância levar em consideração as lacunas citadas por Gohn (2003) e Tatagiba (2002) que merecem intensas análises e visão proativa: criação de mecanismos que garantam o cumprimento de seu planejamento; estabelecimento claro dos limites e das possibilidades decisórias dos conselhos; ampla discussão sobre as restrições orçamentárias e suas origens; discutir a frágil ancoragem institucional e societária dessas instâncias; dar publicidade aos conselhos para além das organizações da sociedade civil diretamente envolvidas; controle do Estado sobre a agenda temática dos conselhos; a recusa do Estado em partilhar o poder de decisão.

Nesse sentido, a natureza dos avanços e dos desafios é diversificada e, apesar de ter uma longa caminhada por traçar, o CTAC incorporou a participação social de forma bastante representativa, considerando os atores sociais presentes, mas, sobretudo, a representação das emblemáticas organizações nele representadas. Para os conselheiros, a criação do CTAC de certa forma preencheu uma lacuna no sentido da participação social de forma mais ampla na região. De fato houve uma coincidência de interesses pela criação de um espaço que não tratasse apenas de assuntos de recortes temáticos específicos e municipais, mas que aglutinasse de forma mais democrática todos os entes públicos que deliberam sobre políticas públicas para produção familiar da região. Essa foi uma manifestação bastante particular na região do Alto Acre e, sem dúvida, tributária do longo processo de mobilizações sociais anteriores, cuja face mais evidente foi o movimento seringueiro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estudo realizado, constatou-se que a atuação do CTAC proporcionou avanços significativos, mas, ao mesmo tempo, desafios que ainda merecem atenção e empenho de todos os envolvidos no processo de desenvolvimento territorial.

Dessa forma, em relação aos fatores externos ligados à comunicação com a sociedade local, ainda requer esforços complementares no tocante a dar maior visibilidade às ações discutidas e deliberadas. A utilização de audiências públicas envolvendo outros setores com temáticas atrativas, de grande interesse coletivo e de abrangência regional, pode se transformar em alternativa a ser traçada como uma das formas de ampliar a visibilidade do conselho pela sociedade em geral.

Aliado a essa possibilidade, pode-se propiciar maior interação com as organizações e não apenas com seus representantes que compõem o conselho,



mobilizando-as para a realização de articulações mais horizontais com setores estratégicos, na busca de maior engajamento dos setores dos governos municipais e estadual.

Ficou claro, neste estudo, o reconhecimento dos envolvidos sobre o relevante papel do CTAC para a região do Alto Acre e Capixaba, que se baseia nas constantes relações conflituosas que caracterizam a história da região. A convivência e a capacidade das organizações locais, sejam elas representantes do Estado ou sociedade civil, em transformar os conflitos em energia convergente em direção à democratização das políticas públicas e ao avanço da discussão da temática do desenvolvimento territorial para além do agrícola, têm sido a tônica desse processo.

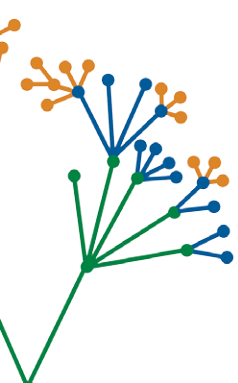
Todo o esforço de mobilização local proporcionou a socialização e ampliação de discussões acerca de temáticas de abrangência regional e estadual importantes, antes feitas apenas de forma específica e sem o conhecimento da sociedade, como no caso de ações ligadas à saúde, cultura, meio ambiente, infraestrutura geral e espaço adequado para tratamento de dependentes químicos nessa região de fronteira. Na área social foram potencializadas ações em diversas frentes, que inclusive possibilitaram o conhecimento de regras e procedimentos, antes desconhecidos do conjunto da sociedade, a exemplo das regras e procedimentos para implantação de farmácia popular. Ausência de um programa continuado de formação de conselheiros, com o objetivo de qualificar a participação, principalmente voltado para melhorar o entendimento e de como se estruturam e funcionam as políticas públicas, igualmente constitui-se em uma estratégia necessária a ser implementada nesse território.

5 REFERÊNCIAS

ANDRADE, I. A. L. de. Conselhos de Desenvolvimento Rural: um espaço adequado para pensar o desenvolvimento local? In: SCHNEIDER, S. (Org.). Políticas públicas e participação social no Brasil rural. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2004.

AQUINO, J. N. de. Participação social nas políticas para o desenvolvimento rural sustentável: um estudo do conselho territorial do Alto Acre e Capixaba. 2015. 123 f. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília. Brasília, 2015.

AVRITZER, L. Orçamento Participativo: as experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte. In: DAGNINO, E. (Org.). Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.



BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA, 2009.

BECKER, B. K. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, jan.-abr. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v5n1/a03v5n1.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Colegiados Territoriais: guia para organização social dos territórios*. Brasília: Documentos de Apoio nº 05, 2010(a).

_____. Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil. Brasília: Documento Institucional n. 01, 2010(b).

_____. Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil. Brasília: Documentos Institucionais nº 01, 2005(c).

_____. Marco Referencial para o Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais. Brasília: Série Documentos Institucionais, 02, 2005(d).

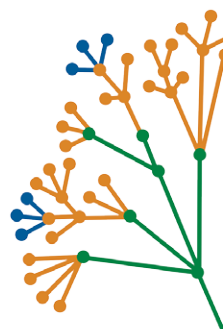
CAVALCANTI, J. S. B. et al. (Org.) *Lá no Território: um olhar do cidadão sobre o programa territórios da cidadania*. Recife: Ed. UFPE; Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.

CTAC. Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Alto Acre e Capixaba. *Regimento Interno*. Brasileia, Acre, 2008. 11 fls.

DAGNINO, E. *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DIAS, M. M.; MEDEIROS, L. S. Introdução. Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil. LEITE, S. P. et al. (autores); MIRANDA, C.; TIBÚRCIO, B. (Org.). Brasília: IICA, 2011. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.14).

DUTRA, V. G. Dinâmicas participativa e deliberativa no Conselho Municipal de Educação de Anapólis. In: SILVA, E. M. da; BARROS, L. S. (Org.). *Experiência de participação Institucionalizada*. Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 2013.



FAVARETO, A. Tendências Contemporâneas dos estudos e políticas sobre o desenvolvimento territorial. In: FAVARETO, A. et al. Política de Desenvolvimento Territorial no Brasil: avanços e desafios. Brasília: IICA, 2010. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.12) 220 p., 15x23 cm.

FILHO, L. C.; ABRAMOVAY, R. Desafios para a gestão territorial do desenvolvimento sustentável no Brasil. Artigo apresentado no XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (Sober) – 27 a 30 de Julho de 2003 – Juiz de Fora – MG. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper75.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2015.

GERALDI, J. Análise Conceitual da Política de Territórios Rurais: o desenvolvimento territorial rural no Brasil. Planejamento e Políticas públicas, julho-dezembro de 2012.

GOHN, M. da G. Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais / GOHN, M. da G. (Org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

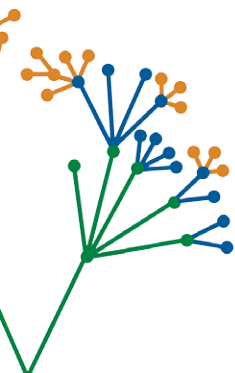
GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. Revista Econ. Sociol. Rural, v. 52 supl. 1 Brasília 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032014000600007&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 nov. 2015.

LEITE, S. P. et al. Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil. Brasília: Série Desenvolvimento Sustentável, 2011.

PERICO, R. E.; MARIA, P. R. Ruralidade, Territorialidade e Desenvolvimento Sustentável. Brasília: IICA, 2005.

PORTAL TERRITÓRIOS DA CIDADANIA. Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/xowiki/120Territorios>>. Acesso em: 22 nov. 2015.

SABOURIN, E. Reciprocidade e análise de políticas públicas rurais no Brasil. RURIS. V. 6, n. 2, setembro de 2012. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/viewFile/1538/1046>>. Acesso em: 21 nov. 2015.



SHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 6, n° 11, jan/jun 2004, p. 88-125. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n11/n11a06>>. Acesso em: 21 nov. 2015.

TATAGIBA, L. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, E. (Org). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.